

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

(Processo Administrativo nº 2778/2025)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de produtos de nutrição enteral e de suplementação alimentar, destinados ao atendimento integral das necessidades dos pacientes do município de Dois Vizinhos, em conformidade com os critérios e diretrizes estabelecidos pela Lei Municipal 2869/2025, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Nutrição Enteral						
Item	Código do produto/ Serviço e CATMAT	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	29835710 404750	DIETA ENTERAL Indicação: Módulo de Fibras. Aspecto Físico: Pó. Uso: Enteral ou Oral. Componentes Adicionais: Solúveis e/ou Insolúveis. Características Adicionais: Isento Glúten e Sacarose e/ou Lactose. Sabor: com ou sem sabor (Apresentação: embalagem a partir de 260gramas até 400gramas). Exclusivo ME-EPP	30.000	GR	0,31	9.300,00
2	29835711 473482	FÓRMULA INFANTIL SEMI ELEMENTAR E HIPOALERGÊNICA Indicação: a partir do nascimento, em pó, uso: enteral ou oral. Fonte de Proteína: PTN Hidrolisada Soro Leite, Fonte de Carboidrato: Maltodextrina e/ou Amido. Fonte De Lipídios: Óleos Vegetais e/ou TCM (Triglicerídeos de Cadeia Média). Componentes Adicionais: Vitaminas e Minerais. Características Adicionais: isento de lactose, sacarose, frutose, soja, glúten. Sabor: Sem Sabor. Lata de 400g Marcas sugeridas: *ALFARÉ, *PREGOMIM, *PREGESTIMIL PREMIUM, *NUTRAMIGEN PREMIUM. Ampla Concorrência	750	UN	150,97	113.227,50
3	29835711	FÓRMULA INFANTIL SEMI ELEMENTAR E HIPOALERGÊNICA Indicação: a partir do nascimento, em pó, uso: enteral ou oral. Fonte de Proteína: PTN Hidrolisada Soro Leite, Fonte de Carboidrato: Maltodextrina e/ou Amido. Fonte De Lipídios: Óleos Vegetais e/ou TCM	250	UN	150,97	37.742,50

		(Triglicerídeos de Cadeia Média). Componentes Adicionais: Vitaminas e Minerais. Características Adicionais: isento de lactose, sacarose, frutose, soja, glúten. Sabor: Sem Sabor. Lata de 400g Marcas sugeridas: *ALFARÉ, *PREGOMIM, *PREGESTIMIL PREMIUM, *NUTRAMIGEN PREMIUM. Cota Reservada ME-EPP				
4	29835712 432350	DIETA INFANTIL Indicação: 0 a 12 meses. Aspecto Físico: Pó. Uso: Enteral ou Oral. Fonte de Proteína: Soro Leite e Caseína. Fonte De Carboidrato: Maltodextrina ou Xarope de milho. Fonte de Lipídios: Óleos Vegetais. Componentes Adicionais: Vitaminas e Minerais. Características Adicionais: Isento Glúten e Lactose e/ou Sacarose. Adicionais: Com Lcpufas e/ou Nucleotídeo e/ou Lecitina de Soja. Marcas sugeridas: *NAN SL *APTAMIL SL Exclusivo ME-EPP	96.000	GR	0,23	22.080,00
5	29835713 437050	FÓRMULA INFANTIL Indicação: 0 a 12 Meses. Aspecto Físico: Pó. Uso: Enteral ou Oral. Fonte de Proteína: PTN Isolada Soja. Fonte de Carboidrato: Maltodextrina ou Xar. Milho. Fonte de Lipídios: Óleos Vegetais. Componentes Adicionais: Vitaminas e Minerais. Características Adicionais: Isento Glúten e Lactose. Adicionais: c/ Lecitina Soja. Lata de 800g Marcas sugeridas: *NAN SOJA, *APTAMIL SOJA, *APTAMIL PROEXPERT SOJA 2, *ISOMIL SOJA 2, *ENFAMIL PROSOBEE Exclusivo ME-EPP	200	UN	126,04	25.208,00
6	29835714 427802	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA Indicação: 0 a 6 Meses. Aspecto Físico: Pó. Uso: Enteral ou Oral. Fonte de Proteína: L. Desn. e/ou Conc. Ptc. Sr. Leite. Fonte De Carboidrato: Lactose e/ou Maltodex. Fonte de Lipídios: Óleos Vegetais. Componentes Adicionais: Vitaminas e Minerais e/ou Aa'S. Características Adicionais: Isento Glúten. Adicionais: C/Lec. Soja e/ou Lc Pufas e/ou nucleot. e/ou Probio. Lata de 800g Marcas sugeridas: *NAN PRO 1, *NAN SUPREME 1, *NAN CONFOR 1,*APTAMIL PREMIUN 1 Exclusivo ME-EPP	1.000	UN	64,66	64.660,00
7	29835715 436761	FÓRMULA INFANTIL A PARTIR 6º MÊS Indicação: a partir 6º Mês. Aspecto Físico: Pó. Uso: Enteral ou Oral. Fonte de Proteína: Soro Leite e Caseína. Fonte de Carboidrato: Maltodextrina, Lactose. Fonte de Lipídios: Óleos Vegetais. Componentes Adicionais: Vitaminas, Minerais e Fibras Características Adicionais: Isento Glúten. Adicionais: C/ Lc Pufas e Nucleotídeos. Lata de 800g Marcas sugeridas: *NAN PRO, 2 *NAN SUPREME 2, *NAN CONFOR 2 *APTAMIL PREMIUM 2 Exclusivo ME-EPP	500	UN	66,17	33.085,00
8	29835716 465622	FÓRMULA POLIMÉRICA INFANTIL Aspecto Físico: Pó. Uso: Enteral ou Oral. Característica:	500	UN	72,30	36.150,00

		Normocalórico, Normoproteica. Fonte de Proteína: Casei. e/ou Isol. Sr e/ou Conc. Sr Lte e/ou Isol. Soja. Fonte de Carboidrato: Malto. e/ou Sacarose e/ou Amido e/ou Xarope Milho. Fonte de Lipídios: Óleos Vegetais e/ou Tcm. Componentes Adicionais: Vit., Min. e/ou Fibras. Características Adicionais: Isento Glúten. Sabor: C/Sabor. Lata 400g Marcas sugeridas: *FORTINI PLUS, *PEDIASURE COMPLETE,*TROPIC INFANT Exclusivo ME-EPP				
9	29835717 486358	SUPLEMENTO CALÓRICO PARA ADULTOS E IDOSOS SELETIVOS E/OU INAPETENTES Nutrição completa e balanceada em pó, diluição em água, para alimentação via oral e enteral, fórmula normocalórica, normoproteica, normolipídica, podendo conter 28 vitaminas, fibras (FOS (Frutooligossacarídeo) e Inulina), para maior benefício na flora intestinal do paciente, isento de glúten. Podendo ser com sabor ou neutro. Apresentação: Lata de 400g. Marcas sugeridas:*ENSURE,*NUTREN ACTIVE ou outra de qualidade e desempenho igual ou superior. Exclusivo ME-EPP	500.000	GR	0,15	75.000,00
10	29835718 470302	DIETA ENTERAL FÓRMULA NUTRICIONALMENTE COMPLETA para alimentação oral ou enteral, hipercalórica, normoproteica, com adição de fibras e baixa osmolaridade, isenta de sacarose, lactose e glúten. Densidade calórica 1,5 kcal/ml. Embalagem TETRAPARK de 1 litro. Marcas sugeridas: *TROPIC 1.5,*ISOSORCE 1.5, ou outra de qualidade e desempenho igual ou superior. Ampla Concorrência	1.875	L	40,38	75.712,50
11	29835718	DIETA ENTERAL FÓRMULA NUTRICIONALMENTE COMPLETA para alimentação oral ou enteral, hipercalórica, normoproteica, com adição de fibras e baixa osmolaridade, isenta de sacarose, lactose e glúten. Densidade calórica 1,5 kcal/ml. Embalagem TETRAPARK de 1 litro. Marcas sugeridas: *TROPIC 1.5, *ISOSORCE 1.5, ou outra de qualidade e desempenho igual ou superior. Cota Reservada ME-EPP	625	L	40,38	25.237,50
12	29835719 474455	DIETA ENTERAL FÓRMULA NUTRICIONALMENTE COMPLETA 1.2 KCAL/ML Para a alimentação enteral ou oral, normocalórica, normoprotéica, baixa osmolalidade. Indicada para atender às necessidades nutricionais na manutenção ou recuperação do estado nutricional. Isenta de sacarose, Lactose e Glúten. Valor calórico 1.2 kcal/ml. Embalagem Tetrapark de 1 Litro. Marcas sugeridas: *ISOSOURCE SOYA,*NUTRIENTERAL, *NUTRISON,	2.000	L	32,15	64.300,00

		*THOPHIC BASIC ou outra de qualidade e desempenho igual ou superior. Exclusivo ME-EPP				
13	29835720 403935	MÓDULO DE PROTEÍNA (indicado para necessidades elevadas de proteínas), para nutrição oral ou enteral. Suplemento de proteína de alto valor biológico, solúvel em água, a base de 100% caseinato de cálcio e/ou 100% proteína do soro do leite, isento de glúten e lactose. Sabor: isento ou natural, em pó. Lata podendo conter mínimo de 150g até 300g. Marcas sugeridas: *RESOURCE PROTEIN, *FRESUBIN PROTEIN POWDER, *PROTEIN PT,*NUTRI CASEIN,*BEM VITAL CASEINATO,*MAXIPRO, *NUTRI PROTEIN HWP. Exclusivo ME-EPP	80.000	GR	0,29	23.200,00
14	29835721 403936	ESPESSANTE INSTANTÂNEO Espessante instantâneo (Indicado para pacientes com dificuldade de deglutição). Contém: Amido de milho modificado instantâneo, para espessar preparações. Podendo conter goma xantana. Lata podendo conter mínimo de 150g até 300g. Marcas sugeridas: *NUTILIS, *THICK&EASY, *RESOURCE, *NUTRICLIM, *ESPESSA MAIS CLEAN Exclusivo ME-EPP	10,00	GR	36,53	365,30
15	29835722 435229	DIETA ENTERAL PARA DIABÉTICOS Aspecto Físico: Líquido. Uso: Enteral ou Oral; Características: Normocalórica, Normoproteica, Normolipídica; Fonte de Proteína: PTN Isolada Soja; Fonte de Carboidrato: Maltodextrina; Fonte de Lipídios: Óleos Veg. e/ou TCM e/ou Lec. Soja. Componentes Adicionais: Aa'S, Vitaminas e Minerais; Características Adicionais: Isento Glúten, Lact., Sacarose; Sabor: C/Sabor; Aplicação: Sistema Fechado. Marcas Sugeridas: *DIAMAX LG *NOVASOURCE GC Exclusivo ME-EPP	1.000	L	46,43	46.430,00
16	29835723 430497	FORMULA INFANTIL PARA LACTANTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFANCIA DE 0 A 36 MESES. Aspecto Físico: Pó Uso: Enteral ou Oral. Características: Normocalórica, Hiperproteica, Fonte de Proteína: Caseinato e/ou PTN Isol. Sr. Leite e/ou L. Desnatado. Fonte de Carboidrato: Maltodextrina. Fonte de Lipídios: TCM e/ou Lec. Soja e/ou Óleos Veg. e/ou Gord. Lact. Componentes Adicionais: Vitaminas, Minerais e Fibras. Características Adicionais: Isento Glúten E Sacarose E/Ou Lactose Sabor: S/ Sabor. Lata de 400g Marca sugerida: *INFATRINI Ampla Concorrência	450	UN	162,68	73.206,00
17	29835723	FORMULA INFANTIL PARA LACTANTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFANCIA DE 0 A 36 MESES. Aspecto Físico: Pó Uso: Enteral ou Oral. Características: Normocalórica, Hiperproteica, Fonte de Proteína: Caseinato e/ou PTN Isol. Sr.	150	UN	162,68	24.402,00

		Leite e/ou L. Desnatado. Fonte de Carboidrato: Maltodextrina. Fonte de Lipídios: TCM e/ou Lec. Soja e/ou Óleos Veg. e/ou Gord. Lact. Componentes Adicionais: Vitaminas, Minerais e Fibras. Características Adicionais: Isento Glúten E Sacarose E/Ou Lactose Sabor: S/ Sabor. Lata de 400g Marca sugerida: *INFATRINI Cota Reservada ME-EPP				
18	29835724 432350	DIETA INFANTIL ANTI REGURGAÇÃO Indicação: 0 A 12 Meses. Aspecto Físico: Pó. Uso: Enteral Ou Oral. Fonte De Proteína: Soro Leite E Caseína. Fonte De Carboidrato: Maltodextrina Ou Xar. Milho. Fonte De Lipídios: Óleos Vegetais. Componentes Adicionais: Vitaminas E Minerais. Características Adicionais: Isento Glúten E Lact.E/Ou Sacarose. Adicionais: C/ Lcpufas E/Ou Nucleotideo E/Ou Lecitina De Soja, lata 800g. Marca Sugerida: *APTAMIL AR Exclusivo ME-EPP	48.000	GR	0,13	6.240,00
19	29835725 464185	NUTREN JR Dieta Infantil. Indicação: 1 A 10 Anos. Aspecto Físico: Pó. Uso: Enteral ou Oral. Característica: Normocalórico, Normoproteica. Fonte de Proteína: PTN Hidrolisada Soro Leite. Fonte de Carboidrato: Maltodextrina, Sacarose, Amido Fonte de Lipídios: TCM, Gordura Láctea, Lecitina de Soja. Componentes Adicionais: Vitaminas e Minerais. Características Adicionais: Isento Glúten e Lactose. Sabor: com sabor. Lata 400g. Processo judicial: 0005900-60.2024.8.16.0079 Exclusivo ME-EPP	500	UN	80,55	40.275,00
20	29835726 468463	NEOCATE LCP DIETA INFANTIL aspecto físico: pó, uso: enteral ou oral, fonte de proteína: aa's, fonte de carboidrato: xarope glicose, fonte de lipídios: óleos vegetais e/ou tcm, componentes adicionais: vitaminas e minerais, características adicionais: isento glúten, SAB. lata com 400 Gramas. Processo judicial: 0027338-25.2023.8.16.0000 Processo judicial: 0005326-08.2022.8.16.0079 Processo judicial: 0001473-54.2023.8.16.0079 Ampla Concorrência	375	UN	324,30	121.612,50
21	29835726	NEOCATE LCP DIETA INFANTIL aspecto físico: pó, uso: enteral ou oral, fonte de proteína: aa's, fonte de carboidrato: xarope glicose, fonte de lipídios: óleos vegetais e/ou tcm, componentes adicionais: vitaminas e minerais, características adicionais: isento glúten, SAB. lata com 400 Gramas. Processo judicial: 0027338-25.2023.8.16.0000 Processo judicial: 0005326-08.2022.8.16.0079 Processo judicial: 0001473-54.2023.8.16.0079 Cota Reservada ME-EPP	125	UN	324,30	40.537,50
22	29835727 438930	KETOCAL DIETA INFANTIL Aspecto Físico: Pó, Uso: Enteral e/ou Oral. Fonte de Proteína:	375	UN	410,49	153.933,75

		Proteína de Soro de Leite e/ou. Caseína. Fonte De Carboidrato: Lactose e/ou Amido, Fonte De Lipídios: Óleos Vegetais. Componentes Adicionais: Vitaminas, Minerais e Fibras. Características Adicionais: Isento Glúten. Adicionais: C/ Óleo De Peixe. Lata 300g Processo judicial: 0005971-96.2023.8.16.0079, Processo judicial: 0003372-24.2022.8.16.0079 Ampla Concorrência				
23	29835727	KETOCAL, DIETA INFANTIL Aspecto Físico: Pó, Uso: Enteral e/ou Oral. Fonte de Proteína: Proteína de Soro de Leite e/ou. Caseína. Fonte De Carboidrato: Lactose e/ou Amido, Fonte De Lipídios: Óleos Vegetais. Componentes Adicionais: Vitaminas, Minerais e Fibras. Características Adicionais: Isento Glúten. Adicionais: C/ Óleo De Peixe. Lata 300g Processo judicial: 0005971-96.2023.8.16.0079, Processo judicial: 0003372-24.2022.8.16.0079 Cota Reservada ME-EPP	125	UN	410,49	51.311,25
24	29835728 427791	MÓDULO DE CARBOIDRATO Aspecto físico: pó, Uso: Enteral ou oral, Fonte de carboidrato: Maltodextrina, sem sabor, 1 medida de 7g proporciona em carboidratos 6,65g e 26 calorias. Características Adicionais: Isento Glúten, Lactose, Lata 400g Sacarose. Marca: CARBOCH PRODIET 100%. Processo Judicial:0003372-24.2022.8.16.0079 Exclusivo ME-EPP	50	UN	36,46	1.823,00
25	29835729 613933	ASCENDA sem sabor, Dieta Infantil Indicação: a Partir 3 Anos. Aspecto Físico: Pó. Uso: Enteral E/Ou Oral. Característica: Normocalórico. Fonte De Proteína: Leite Desnatado e/ou Sr. Leite. Fonte de Carboidrato: Lactose e/ou Maltodex. Fonte de Lipídios: Óleos Vegetais. Componentes. Adicionais: Vitaminas Minerais e Fibras. Características Adicionais: Isento Glúten. Lata 800g Processo: 0004745-85.2025.8.16.0079 Exclusivo ME-EPP	140	UN	107,06	14.988,40
TOTAL						1.180.027,70

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) da publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. Ressalta-se, entretanto, que embora o fornecimento ocorra de forma contínua, há imprevisibilidade quanto às quantidades exatas a serem demandadas ao longo da execução contratual, em razão da variabilidade dos quadros clínicos e das necessidades nutricionais dos pacientes assistidos. Dessa forma, o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, conforme previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024;
- III) Id do item no PCA: 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892;
- IV) Classe/Grupo: 8940 - ALIMENTOS ESPECIAIS DIETÉTICOS E PREPARADOS ALIMENTÍCIOS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-291/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Critérios de Sustentabilidade no Processo de Produção e Distribuição, preferência para produtos cuja matéria-prima provenha de fontes sustentáveis e que respeitem a biodiversidade e os ecossistemas locais;
- 4.1.2. Responsabilidade Social: Fornecedores devem assegurar condições de trabalho seguras e justas, evitando práticas de trabalho infantil, forçado ou degradante.
- 4.1.3. Consumo Consciente e Uso Racional de Recursos através da adoção de práticas que incentivem o consumo consciente, evitando desperdícios e promovendo o uso racional dos produtos.
- 4.1.4. Inovação e Melhoria Contínua através de investimento em tecnologia e inovação que promovam a sustentabilidade, aumentando a eficiência e reduzindo o impacto ambiental.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. As fórmulas de nutrição enteral e os suplementos alimentares serão fornecidos conforme as especificações constantes nas decisões judiciais, que poderão indicar composição nutricional, forma de apresentação, volume, concentração ou, eventualmente, marcas específicas prescritas por profissional habilitado. Dessa forma, a Administração deve garantir fidelidade integral às determinações judiciais, não cabendo a imposição prévia de marcas ou substituições no edital.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não há marcas ou produtos vedados para a contratação.

4.3.1. A contratação se destina ao atendimento de demandas judiciais individualizadas, e a recusa de marcas poderá ocorrer pontualmente, apenas quando houver incompatibilidade comprovada com a prescrição judicial ou laudo técnico motivado. Não há, até o momento, registro administrativo de marcas previamente vedadas.

Da exigência de amostra

4.4. Não é necessário apresentação de amostras para essa contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não será exigido carta de solidariedade para esta contratação.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.8. O objeto desta contratação, por se tratar de fornecimento de insumos essenciais de saúde e continuidade, e conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo, inviabiliza o parcelamento ou a reserva de cotas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). A divisão do objeto comprometeria a isonomia, o menor preço, a economia de escala e a segurança do abastecimento.

Margem de Preferência:

4.9. O objeto da presente contratação, consistente na aquisição de produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar, não se enquadra nas hipóteses de margem de preferência normal ou adicional previstas nos Decretos Federais regulamentadores e nas Resoluções da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS. Dessa forma, não será aplicada margem de preferência nesta contratação, uma vez que não se trata de bens manufaturados nacionais objeto de política de incentivo específica, nem de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme dispõe a legislação vigente.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados da emissão da Nota de Empenho, de forma fracionada, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Em caso de nova decisão judicial que determine a substituição da fórmula, composição nutricional ou marca do produto anteriormente licitado, poderá ser autorizada a adequação do

fornecimento pela empresa contratada, desde que o novo produto pertença à mesma categoria de nutrição enteral ou suplementação alimentar, e que não implique aumento de preço em relação ao item originalmente contratado.

5.4. A substituição será formalizada por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso, mediante aceite da contratada e comprovação técnica da equivalência entre os produtos, de modo a assegurar o cumprimento integral das determinações judiciais e a continuidade do atendimento ao paciente, evitando-se prejuízo à execução contratual e a necessidade de novo procedimento licitatório.

5.5. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida Dedi Barrichelo Montagner, 425, Centro, Dois Vizinhos – PR.

5.6. 5.4. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes (de acordo com cada item). Devendo ser entregues com prazo de validade equivalente a no mínimo 80% (oitenta por cento) de sua validade total, contados da data do recebimento provisório (data da entrega), sendo vedada a aceitação de produtos com prazo de validade inferior a 12 (doze) meses.

5.7. Os produtos devem ser armazenados e transportados em condições adequadas para preservar sua integridade e qualidade, conforme as especificações do fabricante.

5.8. Cada entrega deve ser acompanhada de documentação completa, incluindo notas fiscais, certificados de qualidade e relatórios de conformidade com os critérios de sustentabilidade.

5.9. Os produtos entregues serão conferidos quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no contrato.

5.10. Qualquer discrepância ou irregularidade encontrada durante a conferência deverá ser comunicada ao fornecedor imediatamente para que sejam tomadas as devidas providências.

5.11. A rotulagem deve conter todas as informações necessárias, incluindo lote, data de fabricação, validade e instruções de armazenamento.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.12. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.13. A garantia deve cobrir qualquer defeito de fabricação, danos ocorridos durante o transporte e discrepâncias em relação às especificações contratuais.

5.14. Produtos que apresentarem defeitos ou não estiverem em conformidade com as especificações devem ser substituídos sem custo adicional para a contratante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade

inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

- 7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias
- 7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - 7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.
- 7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- 7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- 7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público,

conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/10/2025.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será continuado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade

Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{l} \text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{array}$$

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante. A comprovação de aptidão deverá incluir o fornecimento de bens similares em **quantidade mínima equivalente a 30% da quantidade total estimada** para o item pertinente, conforme detalhe no Estudo Técnico Preliminar.

9.32. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.34. Alvará ou Licença sanitária da sede do fornecedor, em plena validade.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e

apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.40. Os documentos solicitados acima deverão ser apresentados em conformidade com o objeto proposto pela licitante. Caso não haja tal determinação, pelo órgão competente, deverá a empresa motivar essa ausência com fundamentos legais e pertinentes à matéria e/ou objeto

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 1.180.027,70 (um milhão, cento e oitenta mil, vinte e sete reais e setenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município de Dois Vizinhos.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão: 08 – Secretaria de Saúde;
- II) Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde;
- III) Projeto ou Atividade: 10.301.0007.2046 – Saúde/Atenção Primária;
- IV) Conta de despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo; e
- V) Fonte de Recurso: 04010 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres), 04020 E 00494 0494/09/02/06/20 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dois Vizinhos, 11 de novembro de 2025.

CLAUDETE MEURER
Gestora de Saúde
Área requisitante
Matrícula Funcional 17949-1

ANDREA REGINA PELLIN CAGNINI
Agente Administrativo
Secretaria Municipal de Saúde
Responsável pela Elaboração do TR
Matrícula Funcional 19203-1





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B362-D71F-BB6C-DF47

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLAUDETE MEURER (CPF 905.XXX.XXX-34) em 14/11/2025 10:02:48 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/B362-D71F-BB6C-DF47>